

OS SENTIDOS DA POLÍTICA DE CURRÍCULO DE SOCIOLOGIA NAS ORIENTAÇÕES CURRICULARES DE CIÊNCIAS HUMANAS – MT: UMA RESSIGNIFICAÇÃO A PARTIR DE UM ESTUDO DOCUMENTAL

Mayara Bezerra Scarselli¹

Ozerina Victor de Oliveira²

RESUMO

Neste trabalho procuramos articular as discussões do ciclo de políticas de Ball e Bowe (1992), a Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe (2005) e a pesquisa documental, no intuito de compreender os sentidos da política de currículo de sociologia implicados nos documentos “Orientações Curriculares de Ciências Humanas – Sociologia e Orientações Curriculares – Concepções da Educação Básica do Estado de Mato Grosso”. As pesquisas e os questionamentos voltados ao ensino de Sociologia têm crescido gradativamente, especialmente, após a publicação da Lei N° 11.684 que tornou a disciplina como componente obrigatório do currículo do Ensino Médio. Nosso objetivo de analisar a política de currículo de sociologia em escolas públicas no Estado de Mato Grosso a partir da pesquisa documental ensejou contribuir com as discussões estaduais e nacionais. Observamos que os movimentos e sentidos do documento, ora indicavam para o ensino cientificista e acadêmico da disciplina, ora a não defesa do ensino cientificista. Também observamos que o documento contém sugestões metodológicas e de conteúdos para os professores, com indicativos de prescrição curricular.

Palavras-chave: Currículo de Sociologia; Ensino Médio; Ciclo de Políticas; Teoria do Discurso.

POLICY DIRECTIONS FOR CURRICULUM IN SOCIOLOGY CURRICULUM GUIDELINES OF HUMANITIES - MT: A REINTERPRETATION FROM A STUDY DESK

ABSTRACT

In this paper we articulate discussions of the Policy Cycle Approach of Ball and Bowe (1992), Discourse Theory of Laclau and Mouffe (2005) and documentary research in order to understand the meanings of policy sociology involved in curriculum documents "Curriculum Guidelines for Social Sciences - Sociology and Curriculum Guidelines - Conceptions of Basic Education of the State of Mato Grosso". The research and questioning aimed at teaching sociology have grown gradually, especially after the publication of the Law N. 11.684 that made the discipline as a mandatory component of the curriculum of secondary education. We aim to analyze the policy sociology curriculum in public schools in the state of Mato Grosso from documentary research gave rise to contribute to the state and national discussions. We observed that the movements and directions of the document, now indicated for teaching scientific and academic discipline, sometimes not defending the teaching scientific. We also observed that the document contains content and methodological suggestions for teachers, with indicative prescribing curriculum.

Keywords: Curriculum Sociology; School ; Policy Cycle Approach; Discourse Theory.

¹ Universidade Federal de Mato Grosso. maybscar@gmail.com

² Universidade Federal de Mato Grosso. ozarina@ufmt.br

INTRODUÇÃO

O retorno da disciplina Sociologia no currículo da educação básica está pautado por constantes discussões e lutas, a fim de garantir sua legitimidade social. No estado de Mato Grosso não tem sido diferente: constantemente nos deparamos com situações que questionam a presença da mesma no currículo e, com igual constância, os profissionais que assumem têm que se manterem vigilantes para ter garantida sua carga horária mínima. Nessa perspectiva, compreendemos que há a necessidade de acompanhar os processos de institucionalização dessa disciplina a nível nacional e local, dando visibilidade a produção de sentidos criados a respeito dessa reintrodução no currículo. Referida necessidade impulsiona a seguinte questão: quais têm sido os argumentos que dão sustentação ao retorno da sociologia ao ensino médio?

Por contingências históricas, delimita-se a problemática no estado de Mato Grosso e, por limites de tempo, a direciona para os documentos, entendidos enquanto textos que consubstanciam o ciclo de uma política de currículo. Sendo assim, voltamos a perguntar: quais argumentos se fazem presentes nos textos da política de currículo de sociologia no estado de Mato Grosso? Qual a direção e a força destes argumentos?

Ao desenvolver a pesquisa orientada por tais questões, o objetivo é compreender os sentidos políticos presentes nos discursos que defendem, ou não, a Sociologia no ensino médio, presentes nas “Orientações Curriculares de Ciências Humanas e Orientações Curriculares – Concepções para a Educação Básica de Mato Grosso”, ambas publicadas no ano de 2012. Após sua efetiva institucionalização, a partir da Lei nº 11.684, há uma necessidade constatada no próprio campo do ensino de Sociologia, divulgada em eventos específicos, teses e dissertações, a respeito de se continuar o processo de fundamentação e caracterização da disciplina face às outras disciplinas do currículo escolar. Essa luta refere-se, sobretudo, a sua legitimidade e permanência no currículo. (PRADO, 2012; SILVA, 2010; SOUZA, 2008; MOTA, 2005). Os argumentos que defendem o ensino, segundo Souza (2008), oscilam entre os traços acadêmicos, uma vez que a Sociologia acadêmica já possui status e legitimidade social, e os traços utilitários, voltados para a importância da disciplina na construção da cidadania. Entretanto, os conhecimentos necessários para o exercício da cidadania e posicionamento crítico frente à realidade – como destacam a Lei Nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei Complementar Nº 49/98 (MT), os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) de 1999, entre outros –, não são preocupações exclusivas da Sociologia no currículo escolar.

Este posicionamento crítico ao currículo de Sociologia e seus objetivos para a educação básica, consta em Silva (*apud* PRADO, 2012, p.02):

[...] conhecer o campo de luta, que é o currículo, nos ajuda a entender que toda essa expansão não significa consolidação definitiva da disciplina ou de seus conteúdos nas escolas. Lembrar como vem ocorrendo a legalização e a legitimação possibilita uma postura mais comedida diante do processo. Postura comedida no sentido de reconhecer que ainda temos que estar atentos às reformas educacionais, mudanças curriculares e alterações na conjuntura política do País e dos Estados.

A justificativa para analisarmos os dois documentos, Orientações Curriculares da área de Ciências Humanas (Sociologia) e Orientações Curriculares – Concepções para a Educação

Básica, produzidos a nível estadual, se dão a partir do envolvimento com o ensino de Sociologia na rede de educação pública de Cuiabá-MT. Com a formação em Ciências Sociais no ano de 2010, e após dois anos de experiência de docência no Estado, nos deparamos com a necessidade de entender mais a respeito das discussões e proposições que estão sendo feitas a respeito do ensino de Sociologia. Contribuir com os processos de formação dos alunos, além de propiciar um trabalho pedagógico agradável e prazeroso, também são objetivos que procuramos alcançar. Ademais, entender os processos de constituição da política curricular de sociologia em Mato Grosso é essencial, visto que ainda são poucas as pesquisas que tratam da temática, por isso compreendemos que esta discussão se torna importante para a atual conjuntura da Sociologia nas escolas estaduais de Mato Grosso.

No Estado de Mato Grosso, a Sociologia tornou-se componente curricular obrigatório 10 anos antes de sua institucionalização a nível nacional, quando da elaboração da Lei que definia o sistema estadual de ensino – Lei Complementar N° 49/98.

Silva (2007, p. 417) relata como foi o processo de inclusão da disciplina: a equipe da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC-MT) responsável pela construção do currículo foi assessorada pela professora Acácia Kuenzer.

(...) Acácia Kuenzer, que coordenou a proposta tem uma trajetória intelectual ligada ao materialismo histórico, sendo crítica do ensino médio e profissionalizante organizado separadamente. Ela defende a formação integrada, tendo o trabalho como princípio educativo em uma escola unitária, demonstrando ter uma clara influência de Gramsci (SILVA, 2007, p.417).

A equipe da SEDUC-MT baseou-se nas áreas de conhecimento indicadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNEM), que previam a sociologia como um conteúdo transversal a ser trabalhado por outras disciplinas já existentes no currículo escolar, no entanto, na proposta estadual a sociologia foi instituída como disciplina obrigatória.

A compreensão a respeito do processo de construção da política de currículo de sociologia no Estado de Mato Grosso é possibilitada entre outros métodos, por intermédio da pesquisa documental, uma vez que se faz necessária a contextualização histórica e sociocultural quando da produção do documento. Possibilita-nos entender uma dimensão do processo de produção de sentidos e significados consubstanciados nos documentos citados anteriormente.

A pesquisa documental, um dos métodos elencados para a tessitura deste trabalho, segundo Sá-Silva *et al* (2009), consiste em buscar informações em um documento, que ainda não receberam nenhum trato científico, além possibilitar outras formas de compreensão dos fenômenos. “(...) porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural” (SÁ-SILVA *et al*, 2009, p. 2). Dessa forma, o estudo aqui elencado está dividido em: discussão dos referenciais teóricos utilizados na pesquisa, a análise a partir do estudo documental e considerações finais.

Currículo, Política de Currículo e Discurso: significados que dão sustentação teórica à pesquisa:

Por que, como e para que uma disciplina é incluída no currículo ou não, faz parte do processo das políticas de currículo - lutas e disputas presentes nos contextos em que circulam essas políticas. Segundo T. T. Silva (1995, p.08), é interessante saber como era o currículo de dada disciplina em determinado momento histórico, mas o mais importante “é saber por que essa disciplina e não outra, uma forma de organizá-la no currículo e não outra, essa forma de ensiná-la e não outra, acabou sendo válida e legítima”.

Essa análise da política curricular e do currículo considera que o processo de produção e ressignificação das políticas curriculares não são simplesmente a seleção e organização de conhecimentos escolares, mas, sobretudo, um processo social de disputas epistemológicas, conflitos simbólicos e culturais, de legitimação e controle, entre outros. O currículo é sempre resultado da seleção de um universo de conhecimentos e saberes, além de estar relacionado à subjetividade e identidade dos sujeitos envolvidos no processo, por isso, enfatiza as relações históricas de como tem sido definidos os currículos escolares e a questão das relações de poder (T.T. SILVA, 2011).

A política curricular, segundo Ball e Bowe (*apud* OLIVEIRA, 2008) consiste na produção de textos e discursos que circulam em três contextos principais (influência, produção de textos e prática) e na interação, não linear, entre eles. O contexto de influência são os espaços-tempo no qual são defendidos posicionamentos ideológicos e epistemológicos que dão sentido à produção da política. Na produção do texto, estão em disputa diferentes posicionamentos no processo da política curricular, sendo o texto escrito o acordo provisório de uma ou mais posições. O contexto da prática é a configuração das possibilidades materiais e culturais daqueles que ressignificam a política curricular em qualquer momento do ciclo político.

Ademais, como referencial teórico para compreendermos o texto elaborado pela SEDUC-MT, utilizaremos em nossa análise a Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe (2004). Este referencial teórico abarca pressupostos teórico-metodológicos para compreensão dos processos sociais e políticos, especialmente as políticas de currículo. Nessa abordagem, as relações sociais são compreendidas a partir das relações de poder e práticas discursivas. É um aporte teórico que articula várias áreas de conhecimento, como o marxismo, a filosofia de Derrida, a psicanálise de Lacan, a linguística e o pós-estruturalismo. Diante disso, para Laclau e Mouffe (*apud* MENDONÇA, 2009), a contingência, a provisoriedade e a indeterminação são características do discurso. Essas características são explicadas pelas múltiplas identidades constituídas a partir das relações sociais, por isso, a visão não essencialista de Laclau, nos possibilita compreender a sociedade por seu complexo de identidades e sentidos.

Podemos entender por intermédio desse aporte teórico-metodológico como os sujeitos e os discursos por eles produzidos, atuam nos diferentes contextos de produção de políticas, como determinados sentidos se hegemonomizam e os processos articulatórios de como se dão essas lutas de poder.

(...) As políticas de currículo são políticas culturais e que, como tais, são uma política da diferença, sem significados fixos como propõem os diferentes estruturalismos, mas significados que são produtos de relações de diferenças mutáveis e modificadas no jogo referencial da linguagem. Currículo é assim, a própria luta pela significação (LOPES, 2010 *apud* LOPES, 2011, p. 37).

O discurso, nessa perspectiva, corresponde a qualquer prática de significação, ou seja, não está limitado apenas à fala e/ou escrita: envolve também a ação e seus efeitos, pois não há ação que não esteja relacionada à significação. Discurso é prática, as palavras constituem um sentido a partir de quem fala e de onde se fala. A produção de um texto curricular é dessa forma, contingencial e contextual. Os sentidos atribuídos ao texto dependem das relações históricas e práticas sociais de quem o lê. Por isso, as formas de se compreender o social, são sempre contingenciais e precárias, os significados e sentidos difundem em diversas direções.

O discurso é formado a partir da aglutinação de diferentes identidades, que num momento histórico, cancelam suas diferenças, unindo palavras e ações, para produzir sentidos que vão disputar espaço no social. A hegemonia para Laclau é um discurso que provisoriamente estabeleceu a fixação de sentidos e que obteve precariamente a possibilidade de fixá-los de uma maneira mais ampla.

Dessa maneira, compreendendo os limites que se apresentam a essa pesquisa, buscamos entender os sentidos da política de currículo de Sociologia existentes nos documentos da Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso – Orientações Curriculares das Ciências Humanas e Orientações Curriculares – Concepções para a educação básica.

Sentidos a Partir do Estudo Documental: embates entre cientificismo e não-cientificismo

Na análise das Orientações Curriculares, reiteramos questionamentos apresentados anteriormente: quais são os sentidos atribuídos ao ensino de Sociologia? Quais são os argumentos para defesa da Sociologia no currículo? Os argumentos presentes nos documentos oficiais guardam coerência interna enquanto política de currículo? Quais direções apontam os sentidos do documento?

A elaboração dos documentos, Orientações Curriculares Estaduais, iniciou no ano de 2008 e seu processo de construção perdurou três anos.

Devido ao seu escopo, densidade, metodologia de construção e trajetória, houve a contribuição de várias mãos e mentes. A construção foi coletiva, envolvendo um grande número de profissionais da educação, desde a elaboração dos primeiros escritos do texto base, das sugestões para as ideias centrais, à revisão e demais contribuições. Esteve em primeiros passos, durante 2008, sob a coordenação da Prof^a Emma Marta Dunck Cintra, depois pela coordenação da Prof^a Suely Castilho e, em 2010, a Prof^a Janaina Pereira Monteiro coordenou os trabalhos finais (ORIENTAÇÕES CURRICULARES MT - CONCEPÇÕES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA, 2012, p.3).

As Orientações Curriculares eram uma histórica solicitação oriunda das escolas, pois os profissionais da educação estavam descontentes com os documentos produzidos a nível nacional, uma vez que a realidade e o cotidiano das escolas mato-grossenses eram diferentes das propostas contidas nesses documentos.

As Orientações Curriculares para a Educação Básica de Mato Grosso, surgem fundamentadas na decisão política de fazer chegar ao chão da escola um texto claro e conciso que, a par dessa clareza e concisão, ofereça ao professor uma visão inequívoca do homem e da sociedade que se quer formar (ORIENTAÇÕES CURRICULARES MT - CONCEPÇÕES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA, 2012, p.7).

Pela Teoria do Discurso compreendemos que “oferecer ao professor uma visão inequívoca do homem e da sociedade que se quer formar” indica um exercício de fixação de significados. Este, por sua vez, não se dá tão claramente e permanentemente, pois, a leitura que o indivíduo faz a respeito do “ser” social está calcada pela subjetividade, trajetória histórica e das práticas discursivas. Ademais, como o processo de elaboração do documento se deu através de “várias mãos e mentes” existem possibilidades de sentidos construídos e acordados no documento.

A coordenação das ações referentes ao diálogo dos profissionais com o texto preliminar, mediante apresentação de sugestões, realizou-se pela Superintendência de Educação Básica, (SUEB), e pelos consultores das diversas áreas de conhecimento. A consolidação das orientações acontecerá em parceria entre a Superintendência da Educação Básica, Superintendência da Diversidade, Superintendência de Formação e de Gestão, por meio das assessorias pedagógicas, dos Centros de Formação e Atualização dos Professores (CEFAPROS-MT) e, nas escolas, através do Projeto Sala do Educador (ORIENTAÇÕES CURRICULARES MT - CONCEPÇÕES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA, p.10).

Segundo o documento, foi apresentado às escolas, em todos os 141 municípios de Mato Grosso, um texto preliminar que incorporava algumas dimensões epistemológicas e políticas, nos horários de sessões pedagógicas – a Sala do Educador – e era possibilitado aos profissionais da escola intervir com sugestões para a redação do documento. Pretendia-se que, após a publicação do documento, em 2012, as orientações fossem novamente discutidas nas escolas a fim de que as propostas fossem “incorporadas” por seus profissionais. Com o método do ciclo de políticas de Bowe e Ball (1992), também compreendemos que o processo de produção de uma política curricular não é linear, nem mesmo vertical. A política curricular passa por processos de resignificação.

As Orientações Curriculares da Área de Ciências Humanas – Sociologia, contou com a participação dos atores supracitados e dos autores: Lirian Keli dos Santos, Selton Evaristo de Almeida Chagas, Suely Castilho, Teresinha Maria da Costa, Janaina Pereira Monteiro; como também os consultores convidados: Marcus Silva da Cruz, Maria Cristina Teobaldo, Onélia Carmem Rosseto e Martha Lourenço Vieira.

O documento está dividido em três partes: dimensões históricas da disciplina Sociologia no Brasil e em Mato Grosso, objetivos da disciplina Sociologia no Ensino Médio e sugestões de temáticas para a disciplina (os movimentos sociais, culturais e étnicos; a sociedade capitalista: meios de produção, trabalho, cultura e classes sociais; o Estado: poder, política e ideologia; indivíduo, identidade e socialização; a produção social do conhecimento e dos fenômenos sociais; a relação sociedade/natureza: a questão ambiental e a produção industrial e agrícola no Brasil e em Mato Grosso; direitos e cidadania na sociedade brasileira; indústria cultural e cultura de massa na sociedade contemporânea).

Ao analisar o documento, compreendemos que existem os seguintes sentidos: defesa cientificista da disciplina no currículo e a não defesa do cientificismo, a prescrição curricular e a não prescrição.

Quando se introduz aos objetivos da disciplina no ensino médio, a proposta do documento se reporta as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (OCEN, 2006) no que tange aos objetivos da disciplina naquele documento: formação ética, desenvolvimento intelectual e do pensamento crítico, mas que essas prerrogativas não são exclusivas da Sociologia. A compreensão que se tem da posição da Sociologia no currículo é que esta:

(...) Visa orientar o estudante para um olhar sociológico acerca das temáticas que se colocam no contexto da comunidade escolar e da sociedade (ORIENTAÇÕES CURRICULARES - ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS, 2012, p. 82).

Nessa perspectiva, a compreensão que se tem da disciplina no currículo está relacionada ao perfil cientificista e acadêmico. O estudo da Sociologia propiciaria ao estudante do ensino médio um instrumental teórico para compreensão da sociedade que se vive, de maneira crítica e reflexiva. Ademais, sugere-se no documento que as questões conceituais e metodológicas das Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Economia, Psicologia e Direito), também necessariamente constariam nas aulas de Sociologia, com o intuito de propiciar ao estudante vasto conhecimento sobre as diversas matrizes epistemológicas.

Para a apreensão das complexidades de nossa sociedade, algumas correntes teóricas (positivismo, funcionalismo, marxismo, sociologia compreensiva, sociologia crítica e teorias contemporâneas, dentre outras) **devem** ser apresentadas para auxiliar os estudantes na percepção sociológica sobre os fenômenos sociais (ORIENTAÇÕES CURRICULARES - ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS, 2012, p. 85, grifos nossos).

Um contraponto à defesa cientificista aparece no mesmo documento, quando afirma que:

O professor de Sociologia não teria a pretensão de formar “mini-sociólogos” ou de ensinar, no Ensino Médio, complexos conceitos trabalhados em sua graduação (ORIENTAÇÕES CURRICULARES - ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS, 2012, p.83).

Podemos observar que o documento se movimenta em dois sentidos: a defesa dos conteúdos científicos e acadêmicos da Sociologia e a não defesa desses.

Também concluímos que no documento a intenção, inicialmente, era a de propor metas, temáticas e sugestões de conteúdos para subsidiar o trabalho docente, como consta em:

(...) Essas sugestões não podem ser consideradas como listas de conteúdos a serem seguidas, mas como material para problematização e reflexão do professor, que pode fazer uso dela (ou não) de acordo com as orientações teóricas e pedagógicas que permeiam sua prática docente e o Projeto Político-Pedagógico da escola (ORIENTAÇÕES CURRICULARES - ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS, 2012, p.87).

No entanto, ao longo do texto observamos o verbo imperativo deve, aparecendo recorrentemente, direcionando-se ao professor como ao aluno.

Em princípio, o estudante, a partir de mediações do professor, deve construir um conceito de sociedade capitalista, sua organização, constituição histórica, suas formas de produção, a divisão social do trabalho, a estratificação sociocultural e a divisão em classes sociais. Tais conhecimentos podem permitir ao estudante a compreensão e a consciência de que ele, como cidadão, pode e deve assumir a responsabilidade na luta pela igualdade de participação e justiça social, política e econômica (ORIENTAÇÕES CURRICULARES - ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS, 2012, p.84).

Por intermédio da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe (2005), compreendemos que o verbo imperativo deve, compõe um peso “maior” na produção de significados no documento e principalmente no que se refere à política de currículo para a Sociologia.

Os debates a respeito do currículo – qual tipo de educação, sociedade, homem que quer se formar – fazem parte das lutas e disputas por significação.

Segundo Silva (2007), um dos principais embates que a disciplina precisou travar nos campos epistemológicos e sociais, foi com o modelo de currículo baseado nas competências, em que a Sociologia seria trabalhada de maneira transversal. As lutas, justificativas e argumentações que se fizeram necessárias no embate nacional, defenderam a Sociologia em um modelo de currículo baseado na ciência de referência.

Existem inúmeras propostas em disputa nesse momento e a inclusão da Sociologia e a efetividade de seu ensino dependerá do modelo de ensino médio, de currículo e de financiamento que serão vitoriosos no desfecho dos embates. Eu penso que a sociologia teria mais chances de consolidação como disciplina escolar em currículos científicos, para um ensino médio de formação integrada e com financiamento federal e estadual garantido. Ao contrário, a sociologia seguirá instável, entrando de diferentes formas nos currículos dos

Estados ou dos municípios, em provas de alguns vestibulares, enfim, a fragmentação persistirá. (SILVA, 2007, p. 421)

Após a análise dos documentos, produzidos a nível estadual, concluímos que os discursos que dão sustentação ao ensino de sociologia estão direcionados à defesa do ensino cientificista e da produção sociológica acumulada. A justificativa para sua defesa está calcada nas contribuições das teorias sociológicas para construção da reflexão e também da criticidade que esta proporcionaria aos estudantes do ensino médio. No entanto, encontramos no mesmo documento, a não defesa do ensino cientificista, como já demonstrado. Isso significa que os embates travados sobre a política de currículo continuam, conforme as contribuições do ciclo de políticas de Ball e Bowe (1992). Concluímos também que os sentidos produzidos no documento sobre a política de currículo de sociologia, se auto excluem, uma vez que na produção do discurso, os sentidos encontram-se em polos opostos.

Ademais, observamos que no processo de elaboração dos documentos Orientações Curriculares Estaduais, construídos a partir da colaboração coletiva “várias mãos e mentes” e de um processo longo de 3 anos, justificaria a produção de mais de um sentido no documento. Mais atores participantes da política de currículo, mais sentidos que disputam a significação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa documental possibilitou compreender o processo de elaboração dos documentos Orientações Curriculares - Área de Ciências Humanas e Orientações Curriculares – concepções da educação básica, produzidos no Estado de Mato Grosso, a partir de seu contexto histórico e social. Essa pesquisa articulada ao ciclo de políticas de Ball e Bowe (1992) nos possibilitou entender o processo de produção da política curricular de sociologia, ou seja, que não é um processo linear, nem mesmo permanente, é cíclico. A Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe (2005) contribuiu para que pudéssemos, a partir de nossa visão, compreender os sentidos e as disputas travadas pela significação e fixação de sentidos presentes nesses documentos. As lutas e disputas no processo de produção da política de currículo de sociologia no Estado de Mato Grosso continuam. Para avançarmos na compreensão dessa política, outros documentos, mas não somente, serão analisados. Os sujeitos que participam dessa política sejam, no “chão da escola” ou na Secretaria Estadual de Educação e nos outros contextos que se fazem presentes, também serão contemplados. Para uma maior compreensão a respeito da política de currículo de Sociologia, essa pesquisa prossegue no Mestrado em Educação, na Universidade Federal de Mato Grosso.

REFERÊNCIAS

BOWE, R.; BALL, S. *Reforming education & changing schools – case studies in policy sociology*. London, NY:Routledge, 1992.

BRASIL, Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96. Brasília, DF: 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: INEP, 1998

LACLAU, E.; MOUFFE, C. Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2004.

_____. Emancipação e diferença. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011

LOPES, Alice Casimiro. A abordagem do ciclo de políticas: uma leitura pela Teoria do Discurso. Cadernos de Educação, FaE/PPGE/UFPel, Pelotas, p. 19 - 41, janeiro/abril 2011

_____. A qualidade na escola pública: uma questão de currículo? Texto apresentado no âmbito do projeto Pensar a educação, pensar o Brasil, UFMG, 2010, no prelo.

MATO GROSSO. Lei Complementar N° 49/98, de 1° de outubro de 1998. Dispõe sobre a instituição do Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 01 de outubro de 1998.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. Orientações Curriculares: Área de Ciências Humanas – Educação Básica. Cuiabá-MT: Gráfica Print, 2012.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. Orientações Curriculares: Concepções para a educação básica. Cuiabá-MT: Gráfica Print, 2012.

MENDONÇA, Daniel de. Como olhar o 'político' a partir da Teoria do Discurso. Revista Brasileira de Ciência Política, N° 1, jan-jun. de 2009, Brasília, p. 153-169.

MOTTA, Kelly Cristine Corrêa da Silva. Os lugares da sociologia na formação de estudantes do ensino médio: as perspectivas de professores. Revista Brasileira de Educação, nº 29 maio/jun/jul/ago, 2005.

OLIVEIRA, Ozerina Victor; MIRANDA, Cláudia. Multiculturalismo crítico, relações raciais e política curricular: a questão do hibridismo na Escola Sarã. Revista Brasileira de Educação. V. 12, nº 24, p. 234-354, 2008.

PRADO, Gregório Antônio Fominski. A institucionalização e a legitimação da Sociologia na Educação Básica: construindo estratégias a partir da Sociologia do currículo e da disciplina. Revista Eletrônica Pro-Docência. UEL. Edição N°. 2, Vol. 1, jul-dez. 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/prodocenciafope/pages/arquivos/GREGORIO%20-%20CIENCIAS%20SOCIAIS.pdf>. Acessado em: 12/10/2013.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. A sociologia no ensino médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina. Revista Cronos, Natal-RN, n.2, p. 403-427, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://ufrn.emnuvens.com.br/cronos/article/view/1844>. Acessado em: 12/10/2013.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. O ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Coleção explorando o ensino Sociologia. Brasília, DF, 2010. P. 15-44.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie, *et al.* Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. In: Revista Brasileira de História & Ciências Sociais Ano I – n. 1, 2009.

SILVA, T.T. Apresentação. In: GOODSON, Ivor. Currículo: teoria e história. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SILVA, T.T. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.